

Directiva Conjunta N.º 007 — as normas mínimas vinculativas da Colômbia para a transparência algorítmica no Estado

AI in the Public Sector · Boa prática · Colômbia

Pontuação de qualidade: 40/100

Força da evidência: Descritivo / autorreportado

Sumário

Na sequência de uma decisão do Tribunal Constitucional de 2025, a Procuradoria e a Defensoria do Povo da Colômbia emitiram uma diretiva conjunta que obriga todas as entidades públicas — e entidades privadas que exerçam funções públicas — que utilizem IA, sistemas de decisão automatizada ou rastreio por geolocalização a divulgar publicamente o seu desenho, finalidade e efeitos, com inquéritos anuais obrigatórios de conformidade.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Evidence of impact / measured public value	0/3
Transparency, fairness & accountability	2/3
Transferability / demonstrated replication	1/3
Scalability beyond pilot	1/3
Governance, capability & sustainability	2/3

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-23

[Procuraduría General de la Nación & Defensoría del Pueblo](#) — acedido a 2026-09-23

[Procuraduría General de la Nación — directive announcement](#) — acedido a 2026-09-23

[Redalyc — academic analysis](#) — acedido a 2026-09-23

Citar — Evidoria. *Directiva Conjunta N.º 007 — as normas mínimas vinculativas da Colômbia para a transparência algorítmica no Estado*. ID persistente: c5f87b2f-f23b-4f0d-a346-f4e9b2a5f292.